

n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, é autorizada a opção pela remuneração devida pela categoria de origem.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

9 de Agosto de 2007. — O Presidente, *Alfredo Rodrigues Marques*.

Nota curricular

Dados biográficos — Maria Luísa da Silva Galvão Mexia Lobo, natural do Lavradio, Barreiro, Setúbal, 1945.

Habilitações literárias — licenciatura em Engenharia Química, Universidade de Lourenço Marques, 1972.

Experiência profissional:

Professora do Instituto Industrial de Lourenço Marques (de 1972 a 1973);

Chefe do Laboratório Químico da Missão de Estudos Biocenoalógicos e de Pescas de Moçambique (Junta de Investigações do Ultramar) (de 1973 a 1975);

Técnica superior, área do licenciamento industrial, da Delegação Regional de Coimbra do Ministério da Indústria (1980 a 1985);

Coordenadora do Núcleo de Utilização Racional de Energia e do Núcleo de Combustíveis (de 1985 a 1993) da Direcção-Geral de Energia, D. S. de Coimbra;

Directora técnica da Comissão de Gestão do Ar de Estarreja (CGA-E) na Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Centro (de 1993 a 1999);

Directora de serviços do Ar, Ruído e Resíduos da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Centro (1995 a 2001);

Directora de serviços de Gestão Ambiental da Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território do Centro (de 2001 a 2007);

No desempenho da sua actividade tem publicado diversos trabalhos, colaborado e participado em numerosos colóquios, seminários e grupos de trabalho, nomeadamente:

Fez parte do Grupo Gás da Direcção-Geral de Energia, encarregado de apreciar os projectos das redes de transporte e distribuição de gás natural;

Integrou as comissões de avaliação ambiental das redes de distribuição de gás natural, na Região Centro;

Fez parte dos grupos de análise de candidaturas aos programas VALOREN e RIME;

Participou no EC Intercomparison of NO2 Calibration Procedures, no Joint Research Centre of European Communities, em Ispra, Itália;

Integrou a comissão de avaliação ambiental dos projectos de eliminação de resíduos industriais pelo sector cimenteiro;

Integrou o grupo de trabalho comunitário sobre a directiva IPPC Large Volume Organic Chemicals;

Integrou o grupo de trabalho INSAAR-2002 (Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais);

É membro efectivo da Ordem dos Engenheiros, inscrita na Região Centro nos Colégios de Engenharia Química e de Engenharia do Ambiente;

Foi membro da comissão de especialidades/engenharia química para o período de exercício de 1988 a 1991 e vogal do Conselho Nacional do Colégio de Química da Ordem dos Engenheiros, nos triénios de 1992 a 1995 e de 1995 a 1998;

Foi patrona de estágios formais de admissão à Ordem dos Engenheiros (ambiente, química e minas) e orientadora de diversos estágios profissionais.

Despacho n.º 20 001/2007

Em cumprimento do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do MAOTDR, foi publicado o Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, que opera a reestruturação da CCDRC, no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública.

Através da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi fixada a Estrutura Nuclear dos serviços e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, é necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada visando a prossecução das novas atribuições cometidas à CCDRC;

Considerando que a licenciada Cristina Maria Tomé Dias Reis Tadeu, possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a

prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 1.º grau, directora de serviços de Ordenamento do Território, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, a licenciada Cristina Maria Tomé Dias Reis Tadeu, do quadro de pessoal da mesma CCDRC, nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

9 de Agosto de 2007. — O Presidente, *Alfredo Rodrigues Marques*.

Nota curricular

Dados biográficos — Cristina Maria Tomé Dias Reis Tadeu, nascida em 9 de Julho de 1962, natural do concelho de Águeda, distrito de Aveiro.

Habilitações académicas — licenciatura em Engenharia Civil, em 1987, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra; pós-graduação em Aproveitamentos Hidráulicos, em 2001, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Outras habilitações: 1.º curso de «Segurança de barragens», em 1998, pelo Instituto da Água/Instituto Superior Técnico; 1.º curso FORGEP, em 2006, pelo Instituto Nacional da Administração; 1.º curso «Empreendimentos turísticos», em 2006, pela Faculdade de Direito (CEDOA), da Universidade de Coimbra.

Experiência profissional:

Entre 1988 e 1992, viveu nos Estados Unidos da América, onde trabalhou no sector bancário;

Iniciou a sua actividade profissional na área da engenharia civil, em 1992, na Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, no licenciamento de obras particulares, em regime de contrato de prestação de serviços;

Em 1994, iniciou funções na DRA Centro, como técnica superior em regime de contrato de avença, na área do domínio hídrico e da avaliação de impacte ambiental;

Em 1998, foi integrada no quadro da DRAC, como técnica superior de 2.ª classe;

Em 1999, passou a técnica superior de 1.ª classe, da DRA Centro; De Maio de 2001 a Maio de 2007, foi chefe de divisão de Avaliação Ambiental, da DRAOT Centro;

Desde Maio de 2007, é directora de serviços do Ordenamento do Território, da CCDRC.

Despacho n.º 20 002/2007

Em cumprimento do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do MAOTDR, foi publicado o Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, que opera a reestruturação da CCDRC no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública.

Através da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear dos serviços e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, é necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada, visando a prossecução das novas atribuições cometidas à CCDRC;

Considerando que o licenciado Luís Miguel Espírito Santo Pestana Leão possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 1.º grau, director de serviços de Fiscalização, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, o licenciado Luís Miguel Espírito Santo Pestana Leão, do quadro de pessoal da mesma CCDRC, nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

9 de Agosto de 2007. — O Presidente, *Alfredo Rodrigues Marques*.

Nota curricular

Dados biográficos — Luís Miguel Espírito Santo Pestana Leão, natural de São Pedro, Funchal, 1967.

Habilitações literárias — licenciado em Engenharia do Ambiente pela Universidade de Aveiro em 1992; pós-graduação em Gestão e

Políticas Ambientais pela Universidade de Aveiro, Secção Autónoma — Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas, em 2003; curso do Programa de Formação em Gestão Pública (FORGEP), em 2006.

Experiência profissional:

Técnico superior de 2.ª classe de 1993 a 1999 e de 1.ª classe desde 1999 da Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território — Centro;

Chefe de divisão de Licenciamento da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, de 2001 a 2007;

Exerceu funções no âmbito do licenciamento industrial e de redes de gás natural e apreciação de reclamações ambientais;

Representou desde 1996 a Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território — Centro na Subcomissão Técnica de Normalização da Acústica CT28/SC4 — Acústica de Edifícios;

Normal parte, entre 1997 e 1999, das comissões de acompanhamento dos contractos de adaptação ambiental dos sectores da indústria eléctrica e electrónica, das gráficas e transformadoras de papel, das madeiras e do papel e cartão e, desde 1999, do contrato de melhoria contínua do desempenho ambiental para o sector cimenteiro;

Foi formador nos cursos promovidos pelo Instituto de Promoção Ambiental de formação de gestores de adaptação ambiental, realizados em Coimbra e no Porto em 1998 e 1999;

Participou na discussão, a nível técnico, de diversas propostas legislativas relacionadas com o ambiente e licenciamento;

Representou em 1999 o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território no grupo de trabalho da Comunidade Europeia, no âmbito da directiva IPPC (Integrated Prevention and Pollution Control), designado para a elaboração do documento de referência das melhores tecnologias disponíveis para o sector das fundições e forjas;

Vários trabalhos técnicos publicados no âmbito do ruído ambiente e parâmetros ambientais;

Membro dos órgãos sociais (assembleia geral) da Sociedade Portuguesa de Acústica, para o biénio 2000-2002;

Membro da Ordem dos Engenheiros com a cédula profissional n.º 30130.

Despacho n.º 20 003/2007

Em cumprimento do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, foi publicado o Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, que opera a reestruturação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública.

Através da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear dos serviços e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, é necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada visando a prossecução das novas atribuições cometidas à CCDRC;

Considerando que a licenciada Maria José Leal Castanheira Neves possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante;

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 1.º grau, directora de serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, a licenciada Maria José Leal Castanheira Neves, do quadro de pessoal da mesma Comissão, nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, é autorizada a opção pela remuneração devida pela categoria de origem.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

9 de Agosto de 2007. — O Presidente, *Alfredo Rodrigues Marques*.

Nota curricular

Dados biográficos — Maria José Leal Castanheira Neves, natural de Matosinhos, residente em Coimbra.

Habilitações literárias — licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, com média final de 17 valores.

Experiência profissional:

Nomeada adjunta do Ministro da Justiça, no IV Governo Constitucional, de 9 de Abril a 1 de Agosto de 1979;

Nomeada técnica superior da Comissão de Coordenação da Região Centro em Abril de 1980, continuando na actual data no exercício de funções neste organismo, na carreira técnica superior, com a categoria actual de assessora principal;

Nomeada, em comissão de serviço, chefe de divisão Jurídico-Administrativa da Comissão de Coordenação da Região Centro, em 2 de Maio de 1983, tendo o exercício destas funções ocorrido até 30 de Setembro de 1990;

Nomeada, em comissão de serviço, directora regional da Administração Autárquica da Comissão de Coordenação da Região Centro, com efeitos desde 1 de Outubro de 1990, tendo exercido estas funções até 31 de Março de 1993;

Em 1 de Abril de 1993, destacada para o Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, tendo exercido funções de assessora junto deste membro do Governo até 31 de Dezembro de 1993;

Em 3 de Fevereiro de 1994, nomeada, em comissão de serviço, directora regional da Administração Autárquica, tendo permanecido nestas funções durante uma comissão de serviço completa (três anos);

Em 10 de Abril de 1997, nomeada, em comissão de serviço, directora regional da Administração Autárquica, tendo exercido funções durante nova comissão de serviço completa;

Em 2001, nomeada, após realização de concurso, directora regional da Administração Autárquica, com efeitos a 6 de Agosto de 2001;

Em 1 de Setembro de 2001, por despacho publicado em 28 de Setembro de 2001, foi mantida a sua comissão de serviço, agora no cargo de directora regional da Administração Local, cargo que exerceu até 30 de Abril de 2007.

Funções docentes universitárias:

Regência, como docente universitária, da disciplina semestral de Gestão Autárquica I, na Universidade Católica Portuguesa (Centro Regional de Viseu), nos anos lectivos de 1989-1990, 1990-1991, 1991-1992 e 1992-1993;

Assistente convidada da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, desde 25 de Fevereiro de 2003, leccionando o curso Governo e Administração Regional, da licenciatura em Administração Pública.

Funções de formadora — monitora em diversas acções de formação de curta duração.

Trabalhos e artigos publicados — publicação de livros:

Lições de Filiação, do 4.º ano jurídico da Faculdade de Direito de Coimbra, editadas no ano de 1977, em co-autoria com os Drs. Ohen Mendes e Rui Morais;

«Sistema autárquico italiano», publicado na revista *Desenvolvimento Regional*, n.º 12, Boletim da Comissão de Coordenação da Região Centro, pp. 75 e segs;

Documento de análise com vista à implementação do Serviço Regional de Informática na Região Centro, em co-autoria com o Dr. Rui Feio e com o Dr. Álvaro Amaro, Comissão de Coordenação da Região Centro, Março de 1982;

Proposta de funcionamento da A. I. R. C. para o ano base, Comissão de Coordenação da Região Centro, Outubro de 1982;

«Sistema autárquico francês», publicado na revista *Desenvolvimento Regional*, n.º 17, Boletim da Comissão de Coordenação da Região Centro, pp. 51 e segs.;

«A tributação local no quadro constitucional português», em co-autoria com António Lobo Xavier, editado pela CCR Centro, 1989, em *A Problemática da Tributação Local — Seminário Internacional*;

«Do interesse geral, local e particular no novo regime legal do licenciamento municipal de obras particulares», publicado no n.º 134 da *Revista de Administração Local*, Março-Abril de 1993, pp. 149 e segs.;

Co-autoria das anotações ao «Regime de constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na Administração Pública», *Série de Estudos Autárquicos*, n.º 1, 1992, editada pela CCR Centro;

Co-autoria das anotações do «Regime de constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na administração local autárquica», *Série de Estudos Autárquicos*, n.º 2, 1992, editada pela CCR Centro;

Co-autoria das anotações à «Regularização de actos de provimento de agentes e funcionários dos serviços dos municípios», *Série de Estudos Autárquicos*, n.º 3, 1992, editada pela CCR Centro;

Co-autoria e coordenação das anotações ao «Estatuto dos eleitos locais», *Série de Estudos Autárquicos*, n.º 4, editada pela CCR Centro;

Autora das anotações ao «Regime de licenciamento de obras particulares», *Série de Estudos Autárquicos*, n.º 5, editada pela CCR Centro;

Co-autora (com a Dr.ª Margarida Bento) das anotações aos «Loteamentos urbanos», *Série de Estudos Autárquicos*, n.º 7, editada pela CCR Centro, 1997;

Autora do artigo «O estatuto dos eleitos locais», publicado no vol. I do *Manual dos Eleitos Locais*, 1994, editado pelo CEFA;